

Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança

PAULO CARVALHO E JULIANA CORREIA

Centro de Estudos Geográficos/Instituto de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

3004-530 Coimbra (Portugal)

paulo.carvalho@fl.uc.pt; juliana_correia@portugalmail.com



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

Resumo

O quadro evolutivo das políticas europeias para o mundo rural traduz a transição de um modelo orientado para o sector agrícola em direcção a um modelo centrado na sociedade rural e na estruturação das suas paisagens, com a crescente valorização de novos recursos e uma maior (inter)dependência da sociedade urbana.

Nesta atmosfera de abertura e diversificação funcional, o turismo emerge como uma oportunidade para revitalizar os territórios, melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural).,

Na óptica de análise dos resultados de intervenções públicas recentes apresentam-se os resultados preliminares de um estudo de caso (Piódão – Cordilheira Central Portuguesa), com a valorização da participação activa da população residente, que pretendem constituir mais uma reflexão sobre a evolução sustentada dos lugares na sua relação com os processos e os agentes de turistificação e patrimonialização.

Palavras-chave: turismo; património; desenvolvimento rural; participação local; percepção da mudança

1. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural: as trajectórias das políticas europeias para o mundo rural

A promoção pública do desenvolvimento do mundo rural europeu, desde a génese das Comunidades Europeias, reflecte mudanças significativas seja na óptica da concepção e operacionalização das políticas seja na perspectiva dos resultados das intervenções. A principal tendência de fundo, a partir da análise da sua trajectória evolutiva, remete para a crescente valorização dos novos usos/funções rurais, o decréscimo acentuado das actividades tradicionais (agro-silvo-pastorícia) e o abandono progressivo da paisagem agrícola e florestal. De forma paralela, a territorialização assume relevância no quadro de estruturação das políticas europeias e nacionais. A amplitude das mudanças, envolvendo actores, valores e interesses de geometria variável, em sentido global (sem olvidar a heterogeneidade e a complexidade do mundo rural), pode resumir-se a uma ideia: “do agrícola... ao rural”. Contudo, importa explicitar de modo mais detalhado a transição funcional do mosaico rural europeu e a vinculação aos novos usos do território.

Como referem Carvalho e Silva (2008), a Europa Comunitária, reconhecendo a especificidade e as dificuldades (estruturais) do mundo rural, incluiu no seu Tratado fundador (Roma, 1957), as regiões rurais como preocupações prioritárias de promoção do desenvolvimento económico e social. A elevação dos rendimentos e do nível de vida da população rural (designadamente os activos vinculados ao sector agrícola) e a resolução do problema decorrente do défice de produção de leite, carne e cereais por parte da Comunidade Económica Europeia (CEE), configuram objectivos da maior relevância que emergem na génese da Política Agrícola Comum (PAC).

A política da União Europeia para o mundo rural reflecte a transição de uma concepção agrícola, centrada no apoio e estímulo directo às produções e aos agricultores, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica do espaço rural, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas actividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios e das paisagens rurais por parte da população urbana (Carvalho e Silva, *op. cit.*).

O mundo rural europeu, depois de um período em que dominaram as preocupações produtivistas (do início dos anos 60 ao final dos anos 80 do século XX) começa a evidenciar os efeitos das perspectivas territorialistas ambientalistas e patrimonialistas. Estas enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do mundo rural, reconhecem a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria (Carvalho, 2006). O objectivo principal é conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e a diversidade do património cultural, e ao mesmo tempo encontrar novas funções/usos para os territórios rurais compatíveis com esses princípios orientadores.

Porém, o desenvolvimento rural, tendo a Agenda 2000 como referência incontornável, apenas se afirma como dimensão política autónoma no âmbito do novo período de programação das políticas públicas para 2007-2013, mediante a criação do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Este, uma vez que integra todas as medidas de desenvolvimento rural no âmbito de um instrumento único, pretende aumentar a competitividade da agricultura e silvicultura, melhorar o ambiente e da paisagem rural, promover a qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da actividade económica no conjunto dos espaços rurais.

Em síntese, as políticas para o mundo rural europeu evidenciam duas tendências principais que, por sua vez, configuram outras tantas concepções de desenvolvimento: uma, de cariz agrícola, centrada no papel da agricultura e direccionada para os agricultores e suas organizações; outra, de cariz territorial, norteadas para o território e para o conjunto da população rural. No primeiro caso, o apoio da União Europeia é orientado exclusivamente para os agricultores (através de acções como, por exemplo, a modernização das explorações agrícolas, a renovação de gerações, a instalação de jovens agricultores, a introdução de novos sistemas de produção agrícola e as medidas agro-ambientais) e a multifuncionalidade da agricultura é o seu principal contributo para o desenvolvimento rural, incorporando as novas noções de sustentabilidade, eficiência e competitividade. A segunda perspectiva, ao contrário de enfatizar a importância da agricultura para o desenvolvimento rural, considera que a agricultura já não é o motor do desenvolvimento das áreas rurais uma vez que existem outras actividades de maior relevância na criação de emprego e na dinamização social e económica. De acordo com esta última concepção, a política agrícola deve ser integrada no quadro de uma política de desenvolvimento rural que impulsione a diversificação de actividades e dote os territórios rurais de infra-estruturas e equipamentos suficientes para que a população se mantenha nos espaços rurais em condições de qualidade (Estrada, 2005) e, ao mesmo tempo, responda às exigências da sociedade do lazer (Carvalho *et al.*, 2007).

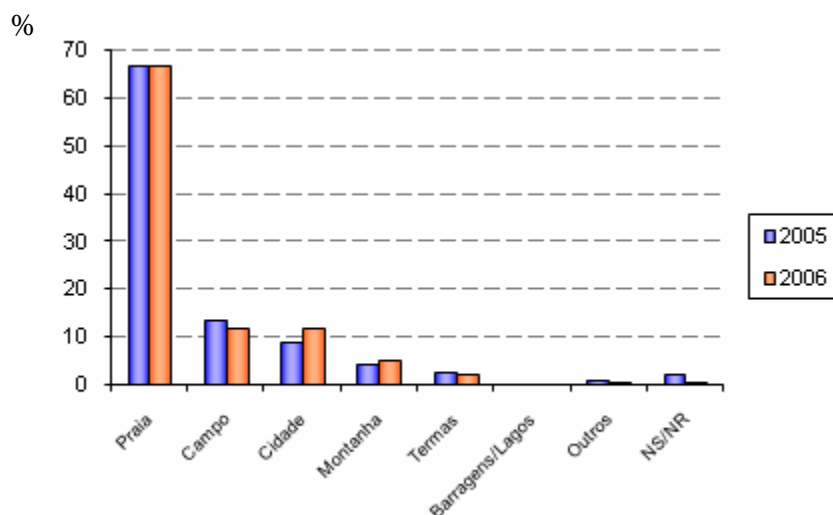
2. Turismo e património no contexto da multifuncionalidade do mundo rural

Como se depreende das ideias expostas, os espaços rurais europeus aparecem cada vez mais comprometidos com novas funções/utilizações e mais (inter)dependentes da sociedade urbana (Cavaco e Moreno, 2006; Covas, 2006). Nesta atmosfera de mudança, o turismo e os recursos eco-culturais assumem grande expressão como alavancas no desenho de vias alternativas ou complementares de desenvolvimento.

No caso de Portugal, esta tendência é-nos revelada pelas alterações nos hábitos de férias dos portugueses, entre outros indicadores. O aumento do nível de vida e do rendimento, a democratização das viagens, a melhoria das vias de comunicação, a crescente urbanização do país e o aumento da taxa de motorização dos portugueses, foram factores decisivos para que, do lado da procura, se gerassem condições para o crescimento da actividade turística fora dos destinos tradicionais, localizados no litoral.

Em trabalho recente a respeito das férias dos Portugueses por tipo de ambiente (figura 1), reconhecemos o potencial do turismo na arquitectura de destinos alternativos. Embora com valores reduzidos, começa a evidenciar-se um crescimento da procura de novos tipos de ambientes, como é o exemplo das Montanhas (5.3%), das Termas (2.5%) e das Cidades (12.1%) (Carvalho e Correia, 2008). O Campo, apesar de um ligeiro decréscimo entre 2005 e 2006 (de 13.6% para 12.2%), permanece como a primeira opção no âmbito dos ambientes de férias alternativos. Contudo, a Praia continua a ser o destino preferencial dos turistas para gozo das suas férias, mantendo inalteráveis os valores comparativamente ao ano de 2005-2006, de cerca de 66.6% (DGT, 2007: 12).

Em relação ao ambiente preferido para os residentes no Continente, com 15 ou mais anos, que não gozaram férias no referido ano, a Praia continua a ser o alvo preferencial da sua escolha (51.7%), seguido do ambiente do Campo (22.,9%) e das Termas (12.7%), (DGT, *op. cit.*).



Fonte: DGT, 2006 e 2007.

Figura 1. População portuguesa residente no Continente, com 15 e mais anos, que gozou férias fora da residência habitual em 2005-2006

Segundo dados oficiais da Direcção Geral do Turismo (2007), esta desigualdade nos diferentes tipos de ambiente, reflecte verdadeiramente, os principais destinos de férias dos Portugueses no seu próprio

país. Deste modo, no ano de 2006, destacam-se como áreas preferenciais de férias pelos Portugueses, em primeiro lugar, a região do Algarve (28.7%), seguindo-se a região Norte (17.2%) e, por fim, a região Centro com 8.6%. Os arquipélagos da Madeira e dos Açores também se encontram no quadro de destinos preferidos pelos portugueses, de cerca de 7.8% e 8.3%, respectivamente (Carvalho e Correia, *op. cit.*).

Por outro lado, a oferta turística designadamente o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento no âmbito do turismo em espaço rural, conheceu nas últimas duas décadas um crescimento muito significativo por todo o país e muito em especial na região Norte. De acordo com os últimos elementos estatísticos disponíveis, em 2007 estavam em funcionamento em Portugal 1023 unidades de turismo no espaço rural, com um total de 11327 camas (as modalidades de turismo rural e turismo de habitação concentravam quase 60% das camas disponíveis). A relevância do TER nas políticas públicas, designadamente através de um conjunto diversificado (mas desarticulado) de programas (envolvendo diferentes entidades sectoriais), é outro factor decisivo a considerar na análise explicativa da dinâmica deste sector da actividade turística. As tendências mais recentes na óptica do comportamento dos turistas, explicam, também, a maior ambição do TER no sentido de responder às exigências de qualidade e diversificação das actividades relacionadas com o TER.

De modo semelhante, o património (natural e cultural) emerge no centro de diversos programas de promoção do desenvolvimento, envolvendo uma tipologia ampla de iniciativas e actores (turismo cultural e ecológico, parques temáticos, museus, entre os mais relevantes). É reconhecida a desarticulação funcional da maioria desses programas e a fragilidade dos mecanismos de participação pública dos cidadãos nas diversas fases do processo de planeamento em particular a fase de avaliação das iniciativas, pelo menos a partir dos elementos disponibilizados e/ou publicados pelas instituições com responsabilidade na matéria.

Uma vez que a concepção (e a operacionalização) de novas políticas carece de uma avaliação objectiva e imparcial dos programas implementados, resulta evidente a relevância estratégica da investigação em torno desta problemática. Pela nossa parte apresentamos os primeiros resultados, a partir de um estudo de caso, no âmbito de um projecto de investigação centrado nas Aldeias Históricas e nas Aldeias do Xisto.

3. Piódão: um estudo de caso na montanha do Centro de Portugal

3.1 Aldeia(s) Histórica(s): novas oportunidades e mudanças

A aldeia do Piódão (figura 2), sede da freguesia homónima (do concelho de Arganil), na Serra do Açor (Cordilheira Central), foi um dos dez lugares (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto e Sortelha) seleccionados no âmbito do Programa das Aldeias Históricas de Portugal (1994-1999). Este tipo de apoio público, continuado em 2000-2006, através do Programa Operacional da Região Centro, designadamente a Acção Integrada de Base Territorial “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias” (com a integração de mais dois lugares: Belmonte e Trancoso), constituiu uma oportunidade impar de promoção do desenvolvimento e projecção do Piódão, e um eixo incontornável em matéria de análise explicativa das mudanças que, desde então, marcam o Piódão. Importa referir que as dinâmicas recentes, por via

de projectos e realizações decorrem, ainda, de outros programas em especial no âmbito do desenvolvimento agrícola/rural (em que destacamos o papel da Associação de Compartes da Freguesia do Piódão).



Elaboração própria

Figura 2. Mapas simplificados de localização do Piódão

Os principais indicadores estatísticos (e o conhecimento da realidade em estudo) demonstram, de forma inequívoca, os efeitos locais dos processos de despovoamento (entre 1960 e 2001, a freguesia do Piódão perdeu quase 80% da população residente), envelhecimento (em 2001, 44% dos residentes apresentavam 65 ou mais anos e apenas 10% eram jovens) e abandono (nomeadamente a paisagem rural, por via do declínio acentuado das actividades tradicionais).

Como referimos, a sedimentação das mutações funcionais do Piódão e a sua integração progressiva no mercado do excursionismo e do turismo tem como referência incontornável (e grande pilar) as Aldeias Históricas. As suas principais linhas de acção estão relacionadas com as infra-estruturas básicas, a salvaguarda e valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais (CCRC, 2002), perfazendo cerca de 40 milhões de euros de investimento total até 2004 (com grande destaque para as Câmaras Municipais).

Todavia, o investimento por aldeia é desigual repartindo-se no intervalo de variação de 1,4 milhões de euros (Castelo Mendo) a 8 milhões de euros (Linhares da Beira). No caso do Piódão, o investimento total, segundo dados oficiais de 2002, foi de 5,5 milhões de euros, distribuído por 71 intervenções, com destaque para os equipamentos turísticos (o exemplo mais relevante é a Estalagem do INATEL, com 3,8 milhões de euros); as infra-estruturas básicas (1,4 milhões de euros) e a recuperação de fachadas e coberturas (174 mil euros). Ao mesmo tempo, são visíveis os efeitos locais deste programa (e de outros complementares), principalmente no âmbito das novas actividades (comércio de artesanato; serviços de cafetaria, restauração e alojamento) e equipamentos (posto de turismo e museu), e a sua projecção na capacidade de atrair e satisfazer os visitantes (Carvalho e Correia, 2007).

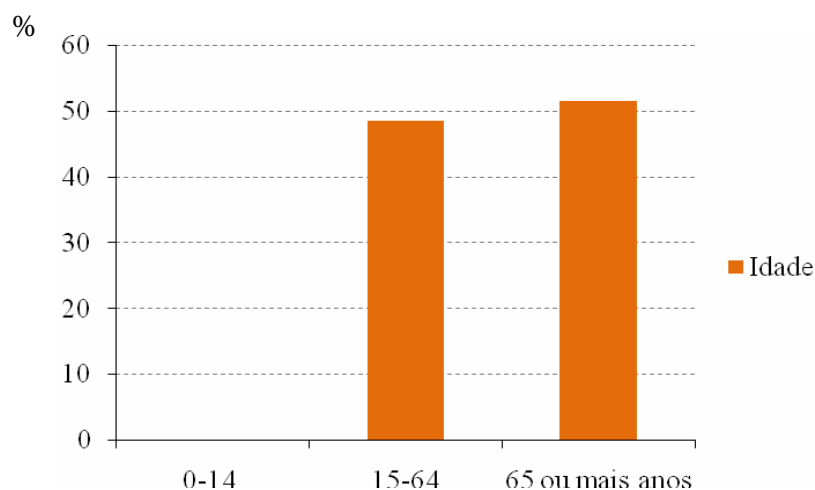
Reconhecendo o papel central da população nas tarefas e desafios do desenvolvimento, importa questionar a integração da população residente neste novo modelo funcional do Piódão, o seu grau de participação/envolvimento nas diferentes fases do processo de planeamento e execução das intervenções, e as suas ideias sobre os rumos e os caminhos que se pretendem para o Piódão.

Nesta fase da investigação é possível apresentar os resultados preliminares de um inquérito por questionário realizado nos meses de Junho e Julho de 2008, a partir do universo da população residente e da população que residindo em outros lugares mantém uma casa de férias no Piódão. Os 33 inquéritos realizados (25 aos residentes e 8 aos proprietários de imóveis ocupados de forma sazonal) representam cerca de 55% do referido universo estatístico (que não inclui, para os efeitos do presente estudo, os jovens e os adolescentes).

3.2 Percepção local da mudança

No que diz respeito às características da amostra, podemos referir que a totalidade da população que respondeu ao inquérito é de nacionalidade portuguesa e a maioria dos proprietários (75.7%) residiam no Piódão. Os restantes tinham o seu domicílio principal em Lisboa, Almada, Sintra, Seixal e Porto.

Trata-se de uma população bastante envelhecida: 51,5% dos inquiridos apresentam idades superiores a 65 anos, e os restantes indivíduos têm idades compreendidas maioritariamente entre os 28-64 anos (figura 3). Como já se referiu, a população com idade inferior a 18 anos, não foi inquirida no âmbito da nossa investigação.



Fonte: Inquérito (2008)

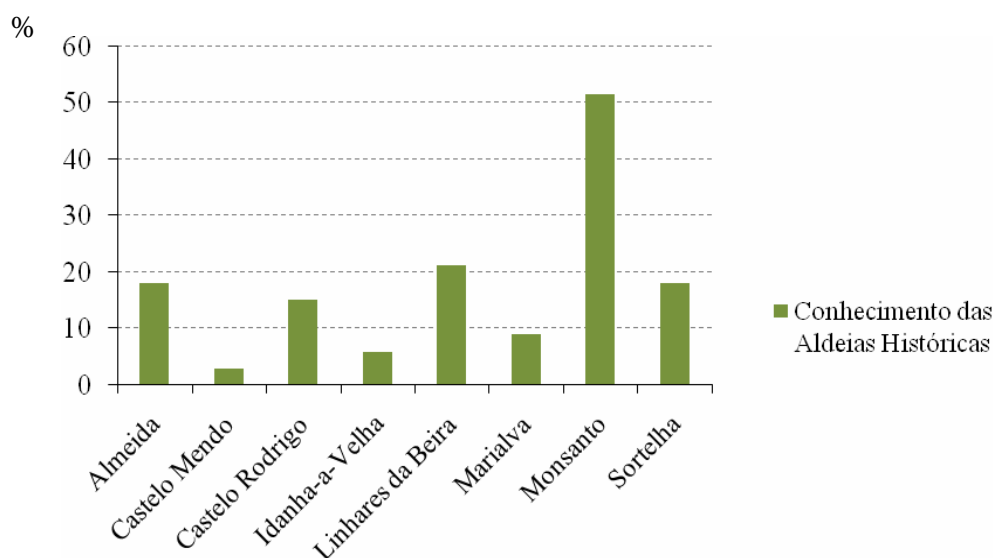
Figura 3. Estrutura etária dos inquiridos

No âmbito da composição social (através da análise de dois indicadores: habilitações literárias e profissão), a distribuição dos inquiridos revela a preponderância do ensino básico (completo e incompleto) e a ausência de instrução, sendo que apenas 4 indivíduos (12,1%) obtiveram o ensino

secundário. A estrutura sócio-profissional dos inquiridos reflecte o peso esmagador dos reformados (54.5%) no conjunto da população em estudo.

Por outro lado, foi nosso objectivo analisar o conhecimento dos habitantes do Piódão em relação às Aldeias Históricas. Os resultados evidenciam que 36.3% dos inquiridos desconhecem as Aldeias Históricas. Não obstante, as aldeias mais referidas pelos residentes são as seguintes: Monsanto (51,5%), Linhares da Beira (21,2%), Almeida e Sortelha (18,1%), Castelo Rodrigo (15,1%), Marialva (9%) Idanha-a-Velha (6%) e Castelo Mendo (3% dos inquiridos, respectivamente) – (figura 4).

Os inquiridos que referiram como exemplo apenas uma Aldeia representam 27,2% da amostra (com predominância esmagadora para a aldeia de Monsanto). Quanto aos exemplos de duas ou mais aldeias, as respostas apresentam maior diversidade (36,3% dos inquiridos).

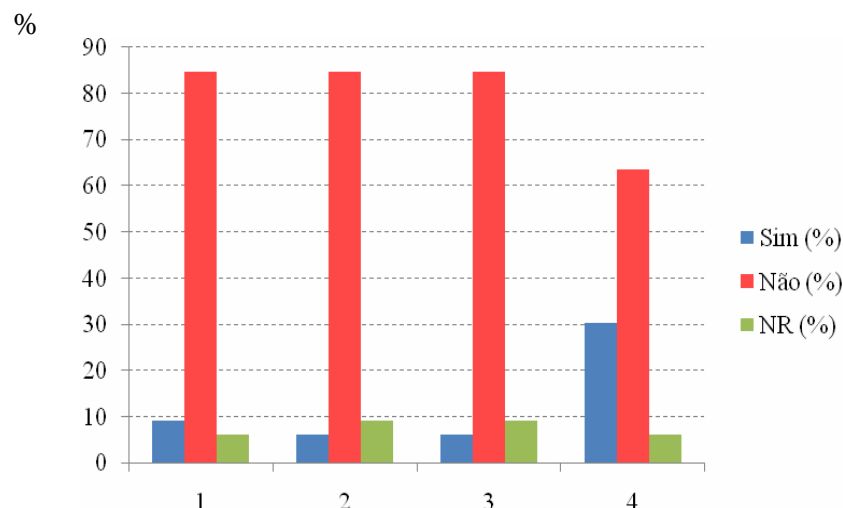


Fonte: Inquéritos (2008)

Figura 4. Conhecimento das Aldeias Históricas pelos habitantes do Piódão

Seguidamente apresentamos os principais resultados a respeito das questões relacionadas de forma directa com o Programa das Aldeias Históricas, designadamente a participação da população no âmbito do Plano de Aldeia e as suas opiniões/sugestões sobre a implementação do mesmo.

Na aldeia do Piódão é evidente o afastamento (a não participação) dos habitantes no contexto de elaboração do referido Plano: 84.8% dos inquiridos afirmam não ter conhecimento do Plano da Aldeia, e que a sua opinião não foi solicitada nas fases de elaboração e execução do Plano. Quanto às intervenções realizadas na aldeia, 63.6% dos inquiridos revelam que o acompanhamento técnico foi reduzido (figura 5).



Fonte: Inquéritos (2008)

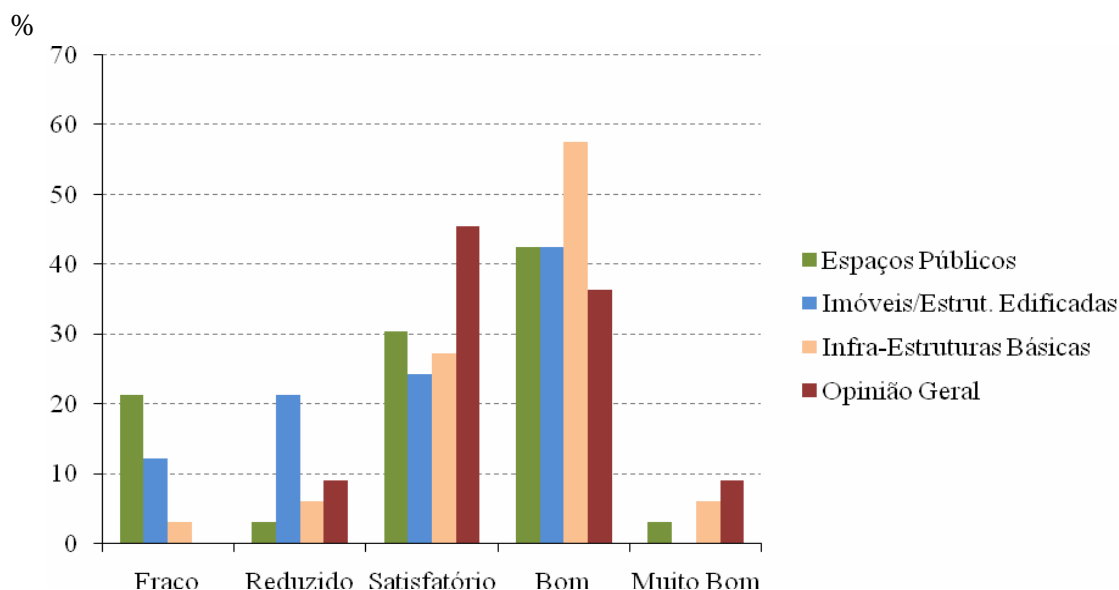
Legenda:

1. Teve conhecimento da realização do Plano da Aldeia?
2. Foi inquirido no âmbito da realização do Plano da Aldeia?
3. Foi solicitada a sua opinião ou apoio no âmbito da execução do Plano da Aldeia?
4. As intervenções realizadas tiveram acompanhamento técnico?

Figura 5. Participação e opinião da população no âmbito do Plano da Aldeia

No que concerne à avaliação do grau de satisfação dos residentes acerca das intervenções realizadas nos espaços públicos e nas estruturas edificadas, 42.4% dos inquiridos referem um resultado “Bom”. Em relação às infra-estruturas básicas a maioria dos habitantes (57.5%) afirmam tratar-se de uma boa intervenção, contrapondo-se aos 27.2% que consideram as intervenções apenas como satisfatórias. Em síntese, a maioria dos inquiridos consideram o conjunto de todas as intervenções realizadas no Piódão como boas (36.3%) ou satisfatórias (45.4%) – (figura 6).

Em relação ao apoio concedido aos proprietários particulares, os habitantes que apresentaram projecto(s) ao Programa das Aldeias Históricas, nomeadamente para a recuperação de coberturas e apoio às actividades económicas, constituem uma minoria (18.1%). Embora sem apoio, a maioria dos inquiridos admitiu a realização de obras interiores para melhorar a sua casa (84.8%).



Fonte: Inquéritos (2008)

Figura 6. Opinião dos inquiridos sobre as intervenções no âmbito do PAH

Por último, importa sublinhar os principais aspectos positivos e negativos relacionados com o Programa, assim como as expectativas dos inquiridos em matéria de desenvolvimento do Piódão.

Como já se referiu, os eixos vertebradores das intervenções no âmbito das Aldeias Históricas configuram objectivos económicos, sociais e patrimoniais, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos residentes (designadamente através da renovação e ampliação da rede de infra-estruturas básicas), criar novas actividades económicas, em particular as relacionadas com o turismo, fomentar a oferta local de emprego e fixar população.

Na perspectiva dos residentes, as principais vantagens decorrentes das intervenções estão relacionadas com as redes de infra-estruturas básicas (água, energia eléctrica e saneamento), o turismo (número de turistas, nova imagem da aldeia e sua divulgação), a recuperação do património construído, a construção da piscina fluvial e o arranjo urbanístico do Largo da Aldeia, por ordem decrescente de importância, respectivamente.

As maiores preocupações manifestadas pelos inquiridos, no âmbito do Programa, enfatizam o turismo e as atitudes/comportamentos de alguns turistas (efeitos negativos em termos de estacionamento, privacidade, sossego e segurança dos residentes), o funcionamento da ETAR (estação de tratamento de águas residuais domésticas) e o desinteresse em recuperar a piscina e o seu espaço envolvente (destruídos pela acção tempestuosa das águas, após o incêndio florestal de 2005). As respostas permitiram, ainda, perceber algumas críticas e incompreensão em relação às alterações arquitectónicas de alguns imóveis e ao acesso (dos privados) aos apoios para intervenção nas estruturas edificadas. Prevalece, em geral, a ideia de que o esforço de investimento do Programa foi orientado no sentido de privilegiar os visitantes, em desfavor de quem vive diariamente na aldeia.

Sobre o que os inquiridos gostariam de ver realizado no Piódão, as respostas sublinham a melhoria da assistência médica e do acesso aos cuidados de saúde; a reconstrução da piscina fluvial e sua

envolvente; a melhoria dos acessos à aldeia e o aumento dos lugares de estacionamento. A construção de uma casa de convívio, a criação de mais postos de trabalho e a recuperação de imóveis configuram outras opiniões neste domínio.

Em síntese, não obstante as dificuldades e as limitações que acompanham a realização de inquéritos por questionário, fica claro, para nós, a relevância da participação pública dos cidadãos no quadro de estruturação, acompanhamento e avaliação de instrumentos de gestão territorial. Nesta teia complexa, a percepção da mudança, com a participação activa das comunidades locais, configura uma dimensão incontornável no aprofundamento da legitimidade de saber/aprender a interpretar as linguagens de estruturação dos lugares.

Referências Bibliográficas

Arroyo, F. M. (2006). El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea. *Norba. Revista de Geografía XI*, 11-20.

Baptista, F. O. (2006). O rural depois da agricultura. In FONSECA, M. L. (coord), *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 85-105.

Butler, R., Hall, C. & Jenkins, J. (1998). *Tourism and recreation in rural areas*, Chichester: John Wiley & Sons.

Carvalho, P. (2006). Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades. *Comunicações do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*. Huelva: Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 467-499.

Carvalho, P. e Correia, J. (2007). Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Faro: SPER (em publicação).

Carvalho, P. et al. (2007). Património construído e políticas de desenvolvimento local em áreas de montanha: das intervenções às novas orientações. In CRUZ, F. (org.), *Actas das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado*. Póvoa de Varzim: AGIR, 327-354.

Carvalho, P. e Correia, J. (2008). Recursos eco-culturais e turismo: notas de uma reflexão geográfica. In CRUZ, F. (ed.), *Actas do Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Póvoa de Varzim: AGIR, 10 pp.

Carvalho, P. e Silva, S. (2008). Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha. *Actas do 14º Congresso da APDR* (e 2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza). Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 30 pp.

Cavaco, C. (1999). O mundo rural português: desafios e futuros. In Cavaco, C. (ed.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia* (Estudos para o Planeamento Rural e Urbano, nº 50). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 135-148.

Cavaco, Carminda (2005). Novas formas de habitar os espaços rurais. In MEDEIROS, C. A. (coord.), *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico* (vol. 3). Lisboa: Círculo de Leitores, 78-91.

Cavaco, C. e Moreno, L. (2006): As ligações rural-urbano. *Pessoas e Lugares* 41. Lisboa: IDRHa: 4-6.

Cheshire, L. (2006). *Governing Rural Development*. Aldershot: Ashgate, 184 pp.

Covas, A. (2006). “A ruralidade do nosso tempo: decálogo da para uma 2ª modernidade”. In FONSECA, M. L. (coord), *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 107-126.

Comissão de Coordenação da Região Centro (2002). *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Cravidão, F. (2006). Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. In CAVACO, C. (Coord.), *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 269-278pp.

Direcção Geral de Turismo (2006). *Férias dos Portugueses: 2005*. Lisboa.

Direcção Geral de Turismo (2007). *Férias dos Portugueses: Março 2006*. Lisboa.

Duarte, T. (coord.) (2007). *O Turismo no Espaço Rural 2006*. Lisboa: Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos/Divisão de Recolha e Análise Estatística, 21 pp.

Estrada, E. M. (2005). Nuevas orientaciones de la política europea de desarrollo rural. A propósito del Nuevo Regulamento de Desarrollo Rural. *Actas del VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales*. Huelva: AEEA, 21 pp.

Figueiredo, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento. Universidade de Aveiro, 613 pp.

Gutiérrez, J. I. P. (2006). Territorio, geografía rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad en las áreas rurales. *Boletín de la A.G.E.* 41: 69-95.

Hall, D., Roberts, L. & Mitchell, M. (2003). *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot: Ashgate, 237 pp.

ICEP (2008). *Portugal em ficha, Janeiro 2008* (In www.icep.pt; consulta em 12/06/2008).

Kneafsey, M. (2001). Rural cultural economy: tourism and social relations. *Annals of Tourism Research* 17, 449-465.

Lane, B. (1994). What is rural tourism? *The Journal of Sustainable Tourism* 2 (182), 7-21.

Moreno, L. (1999). A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada. In Cavaco, C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG, 395-413.

Novais, C. (2006). Diversificação e diferenciação dos produtos turísticos portugueses: uma forma de combater as assimetrias regionais. *Actas das Comunicações do 12º Congresso da APDR*. Coimbra: APDR, 28 pp.

Pascual, F. G. (2006). Políticas públicas y sustentabilidad en las zonas desfavorecidas y de montaña en España. *Boletín de la A.G.E.* 41: 151-182.

Price, M. (2007): *Mountain Area Research and Management. Integrated Approaches*. London: Earthscan, 302 pp.

Rodrigues, J. (2007). *Turismo e espaço rural: convivências, conflitos e harmonia: o parque natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Coimbra: Faculdade de Letras, 221pp.

Turismo de Portugal (2008). *Os resultados do turismo: Junho 2008*, 24pp.